

## DECRETO NORMATIVO Nº 3.586/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

- considerando a Lei Federal nº 13.979/2020, os Decretos Estaduais nºs 4593-R/2020 e 4604-R do Governo do Estado do Espírito Santo, a Portaria nº 036-R/2020 da Secretaria de Estado da Saúde, e todos os demais atos que tratam da prevenção e combate à COVID 19;
- considerando o Decreto Municipal nº 3.564/2020 que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (covid-19) no Município de Domingos Martins, e dá outras providências.
- considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;
- considerando o Decreto Estadual n.º 4.636-R, de 19/04/2020, que Institui o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19); e Portaria 068-R, 19/04/2020;
- considerando o Decreto Estadual nº 4659-R, de 30 de maio de 2020; a Portaria SESA nº 101-R, de 30 de maio de 2020; e a Portaria SESA  $\rm N^o$  100-R, de 30 de maio de 2020;
- considerando que o Poder Público deve observar a dinâmica, as alterações e os protocolos da pandemia, sempre observando o interesse público, bem como as peculiaridades locais;
- considerando o aumento do número de casos confirmados na doença no Município de Domingos Martins nos últimos dias;



- considerando, finalmente, o disposto nos incs. VIII e XIII, do Art. 68 da Lei Municipal nº 1.078/90 – Lei Orgânica do Município de Domingos Martins.

## DECRETA:

- Art. 1° Considerando que o Município de Domingos Martins está, atualmente, enquadrado como Município de Risco Moderado, nos termos do anexo único da Portaria do Governo do Estado do Espírito Santo nº 101-R, de 30 de maio 2020, ficam estabelecidas as seguintes medidas relacionadas ao funcionamento dos Comércios, Agências Bancárias, Correspondentes Bancários, Casas Lotéricas, Templos Religiosos, Transporte Coletivo, Funerais e Feiras no Município de Domingos Martins, bem como dos deveres e obrigações dos cidadãos para atendimento dos protocolos sanitários e administrativos de segurança para a pandemia da COVID-19.
- **Art. 2º** Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços poderão funcionar de segunda a sexta-feira no horário de 10:00 às 16:00 horas, sendo vedado o funcionamento aos sábados, domingos e feriados.
- § 1º Os restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares, poderão funcionar para atendimento interno ao público, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 16 horas, sendo vedado o funcionamento aos sábados, domingos e feriados.
- § 2º Ficam excetuados das regras previstas neste artigo, o funcionamento de farmácias, comércio atacadista, distribuidoras de gás de cozinha e de água, supermercados, padarias, lojas de produtos alimentícios, lojas de cuidados animais e insumos agrícolas, postos de combustíveis, lojas de conveniências, borracharias, oficinas de reparação de veículos automotores e de bicicletas e estabelecimentos de vendas de materiais hospitalares, que poderão funcionar sem limitação de horário.
- § 3º A regra disposta no *caput* e no § 1º não se aplica para retiradas no próprio estabelecimento e para entregas (delivery).



- § 4° Os restaurantes, lanchonetes e similares localizados fora do perímetro urbano e às margens das rodovias federais não se submetem a limitação de horário e dias de funcionamento prevista no § 1° do artigo 2°.
- § 5° Os restaurantes dos hotéis, pousadas e similares poderão funcionar sem a limitação de dias e horários estabelecidas no § 1° para o atendimento exclusivo dos hóspedes.
- Art. 3º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em todos os espaços públicos do Município de Domingos Martins.
- **Art. 4º** São imprescindíveis, no Município de Domingos Martins, as seguintes responsabilidades, deveres e obrigações para atendimento dos protocolos sanitários e administrativos de segurança para a pandemia da COVID-19:
  - I dos cidadãos:
- a) ampliar a prática do autocuidado por meio da higiene intensa e frequente das mãos;
- **b)** limpar todos os objetos que sejam manuseados, notadamente quando estiver fora de casa;
  - c) evitar o contato físico direto com outras pessoas;
- **d)** usar máscara para circulação em todo o território do Município de Domingos Martins;
- e) realizar o isolamento social estrito por 14 (quatorze) dias caso seja diagnosticada síndrome gripal ou tenha confirmação diagnóstica de COVID-19; e
- f) manter o distanciamento social de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) em filas ou qualquer outro ambiente, onde seja possível este distanciamento.

Parágrafo único. Aquele que descumprir o disposto na alínea "d" do inciso I do art. 3º deste Decreto, que torna obrigatório o uso de máscaras no Município de Domingos Martins, ficará sujeito às sanções penais previstas no art. 268 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.



- **Art. 5º** A autorização de funcionamento das atividades comerciais está condicionada ao atendimento dos protocolos sanitários e administrativos de prevenção e segurança para a pandemia da COVID-19, obrigatórios para os estabelecimentos comerciais, sociedades empresariais e microempreendedores, devendo:
- I limitar a entrada de clientes no estabelecimento na proporção de 01 (um) cliente por cada 10m² (dez metros quadrados) de área de loja;
- II fixar no(s) ponto(s) de acesso, em local de destaque, os dias e o horário de funcionamento e a lotação máxima do estabelecimento (número absoluto);
- III na hipótese de formação de fila de espera para acesso em área interna ou externa do próprio estabelecimento, deverá utilizar faixas ou marcações para limitar a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre clientes;
- IV disponibilizar permanentemente lavatório com água potável corrente, sabonete líquido, toalhas de papel e lixeira para descarte, e/ou dispensers com álcool gel 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos destinados à higienização das mãos de colaboradores e clientes, vedado o uso de secadores eletrônicos;
- V orientar os funcionários a realizar higienização constante das mãos com álcool 70% (setenta por cento), gel ou líquido, e quando possível com água e sabão;
- VI priorizar, quando possível, a ventilação natural dos espaços e, quando não possível, realizar periodicamente a limpeza dos filtros de ar-condicionado, vedada a utilização de ventiladores;
- **VII -** executar a desinfecção frequente, entre o uso, com hipoclorito de sódio 1,0% (um por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) ou álcool 70% (setenta por cento) de superfícies e objetos como balcões, bancadas, balanças, maçanetas, corrimãos, interruptores, máquinas de cartão e outros itens tocados com frequência;
  - VIII priorizar e intensificar higienização de zonas mais propícias de



infecção, tais como sanitários, copas e balcões;

- IX afastar funcionários que estão nos grupos de risco;
- X adotar medidas para manter e fiscalizar o distanciamento social no interior das lojas na medida de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes e entre clientes e colaboradores;
- XI utilizar faixas ou marcações para limitar a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre o cliente e o colaborador, em casos onde a verbalização é essencial;
- XII fornecer máscara facial a todos os colaboradores, para utilização em tempo integral, bem como orientar sobre o uso correto;
- XIII fornecer ao trabalhador Equipamento de Proteção Individual para os colaboradores;
- XIV exigir e fiscalizar o uso máscara facial a todos os clientes no interior do estabelecimento;
- XV nos estabelecimentos onde for permitido o funcionamento de espaços de alimentação na modalidade de autosserviço e consumação no local, limitado o horário de funcionamento de 10:00 às 16:00 horas:
- **a)** trocar com frequência os talheres utilizados para servir, disponibilizando luvas descartáveis para esse fim, de forma opcional aos clientes;
- **b)** disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) nas proximidades do balcão de exposição;
- c) providenciar barreiras de proteção dos alimentos no balcão ou áreas de gôndolas de autosserviço;
- **d)** retirar das mesas objetos que possam ser veículo de contaminação, como jogos americanos, toalhas de mesa, enfeites e displays;



- e) aumentar a distância entre mesas e cadeiras a serem ocupadas, permitindo o afastamento mínimo de 2 m (dois metros) entre as mesas; e
- f) promover a limpeza e desinfecção de cadeiras, mesas, balcão de exposição e áreas de circulação, entre o uso;
  - XVI fomentar os serviços de delivery e drive thru;
- XVII afixar avisos escritos e didáticos orientando os usuários para, após manusear cédulas e moedas, procedam higienização das mãos;
- XVIII afixar cartazes de orientação aos colaboradores e clientes sobre etiquetas respiratórias, uso de máscaras, distanciamento social e, sempre que possível, adoção da prática de 01 (um) comprador por família e permanência no estabelecimento apenas durante o tempo necessário para sua compra;
- **Art. 6°** Os estabelecimentos comerciais descritos abaixo, além das obrigações contidas no artigo 4° deste Decreto, em razão de sua natureza essencial, deverão observar, ainda, as seguintes condições:
  - I Clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia e Estúdio de Pilates:
- a) respeitar a proibição de aglomerações nas áreas comuns e espaços de recepção;
- **b)** providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade dos clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento;
  - c) realizar atendimento presencial por meio de agendamento prévio;
- **d)** organizar os serviços de forma que o atendimento seja apenas um paciente/cliente por profissional da área de saúde;
- e) esterilizar ferramentas e higienizar equipamentos e áreas de uso a cada utilização; e



- f) atender o paciente/cliente utilizando equipamento de proteção individual.
- II Salões de beleza, barbearias e centros de estética:
- a) respeitar a proibição de aglomerações nas áreas comuns e espaços de recepção;
- **b)** providenciar placas informativas acerca da obrigatoriedade de os clientes manterem um distanciamento mútuo de no mínimo de 1,5 metros em qualquer área do estabelecimento:
  - c) realizar atendimento presencial por meio de agendamento prévio;
- **d)** organizar os serviços de forma que o atendimento seja apenas um cliente por profissional, observando-se o distanciamento da alínea "b";
- e) esterilizar ferramentas e higienizar equipamentos e áreas de uso a cada utilização; e
  - f) atender o cliente utilizando equipamento de proteção individual.
- **Art. 7º** O transporte municipal passa a operar com restrições, regulamentado através das seguintes diretrizes:
- I As empresas prestadoras de serviço de transporte público deverão adotar os seguintes procedimentos:
- a) limpeza sistemática dos corrimãos e áreas de circulação, bem como limpeza geral diariamente, de caráter obrigatório;
- **b)** garantir o Equipamento de Proteção Individual aos colaboradores, considerado o fornecimento de álcool em gel, na concentração de 70% e máscaras;
- c) realizar a circulação da frota de transporte de passageiros com janelas e compartimentos de ventilação abertos, sem utilização do ar-condicionado;
- **d)** realizar o transporte com capacidade reduzida, limitado ao número de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do veículo.
- **Art. 8º** As agências bancárias, correspondentes bancários e casas lotéricas deverão observar a circular nº 3.991/2020, do Banco Central do Brasil, devendo:



- I ajustar horário de atendimento ao público com acesso às dependências, devendo afixar aviso, de forma ostensiva e em local visível ao consumidor, na entrada das agências, sem prejuízo da comunicação aos clientes por outros canais de comunicação, sobre o horário de atendimento presencial;
- II afixar, através de aviso, em local visível ao consumidor, de forma ostensiva, informe sobre a limitação da quantidade de clientes e usuários no interior da agência, bem como da necessidade de ser mantida a distância mínima entre os usuários do serviço em 2 metros, evitando sempre aglomeração de pessoas;
- III manter colaborador ou outra forma de controle eficaz para ordenar a fila de acesso às agências, inclusive na área externa da agência, não permitindo aglomerações, devendo ser respeitado o limite de 2 metros de distância entre os clientes ou usuários em fila, utilizando, inclusive, se necessário, sinalização vertical e/ou horizontal para o distanciamento;
- IV assegurar, para manutenção da dinâmica dos serviços e fluxo de pessoas, a distância mínima de 2 metros entre as pessoas no interior das agências, inclusive utilizando sinalização horizontal e/ou vertical ou outro meio eficaz de controle;
- V limitar, como forma de conter o contágio da COVID19, o número de pessoas nas agências, adotando agendamento remoto, com disponibilização de senha por telefone ou internet para os serviços que exijam atendimento presencial nas agências e ainda estimular, através de avisos aos clientes o uso dos serviços bancários através dos canais remotos, como celular e internet, além da rede de autoatendimento – ATMs;
- VI adotar horários ou setores específicos para atendimento da população idosa e outros que comprovadamente integrem o grupo de risco para a COVID19, com a devida divulgação e atenção às medidas de prevenção ao contágio;



- **VII** adotar as medidas de controle sanitário recomendadas pelas autoridades em saúde e sanitárias, especialmente quanto à higienização constante do ambiente interno e dos pontos de atendimento direto ao consumidor, inclusive disponibilizando álcool em concentração de 70%.
- **Art. 9°** As feiras livres cadastradas no Município de Domingos Martins ficam autorizadas a funcionar, desde que observem as seguintes diretrizes:
- I os feirantes deverão manter espaçamento lateral de, no mínimo, 1,5
  metro entre uma barraca e outra;
- II os produtos para venda deverão estar armazenados em local apropriado, afastados do chão e do fluxo de pessoas;
- III fica restringido o trabalho de feirantes e auxiliares com idade superior a
  60 (sessenta) anos, gestantes, hipertensos, diabéticos e demais que pertençam ao grupo de risco, ou com sintomas de gripe ou resfriado;
- IV os feirantes deverão adotar medidas de higienização usuais, bem como aquelas preconizadas pela OMS Organização Mundial da Saúde para o período de Pandemia, notadamente a limpeza constante das mãos com água corrente e sabão ou com álcool gel 70%, bem como dos tabuleiros e demais itens que guarnecem as barracas, a exemplo das balanças, cestas, recipientes em geral, entre outros;
  - V será obrigatório o uso de máscaras pelos feirantes e consumidores;
- VI fica vedada a aglomeração de pessoas, sendo recomendada a manutenção da distância de 1,5 metro entre uma pessoa e outra;
- VII ao fim de cada feira, os respectivos feirantes deverão providenciar a limpeza total da área em que estão instalados;



- **VIII -** fica proibido o consumo de alimentos nas feiras livres, inclusive de pastéis, caldo de cana ou outros alimentos típicos, os quais poderão ser comercializados em embalagens fechadas e adequadas ao transporte pelo consumidor até a sua residência:
- IX ficam os feirantes proibidos de disponibilizar mesas e cadeiras para atendimento ao cliente, bem como de utilizar as áreas voltadas ao fluxo de pessoas, os quais deverão estar totalmente livres e desimpedidos de qualquer obstáculo;
- X ao Feirante que infringir os termos deste Decreto, será aplicada sanção administrativa de exclusão do seu cadastro para participação em feiras livres do Município de Domingos Martins.
- **Art. 10** As academias de esporte deverão seguir as regras estabelecidas na Portaria nº 100-R, de 30 de maio de 2020.
- **Art. 11** Ficam proibidas reuniões com aglomerações em igrejas, templos, e quaisquer outros espaços dedicados à religiosidade.
- **Art. 12** Os funerais deverão obedecer a NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA N.º 04/2020, DECRETO NORMATIVO nº 3.566/2020 e NORMA TÉCNICA nº 03/2020, sendo recomendado que:
- I o acesso às capelas mortuárias seja limitado a uma pessoa para cada
  10m² (dez metros quadrados) de espaço livre;
- II o comparecimento do menor número possível de pessoas, a fim de evitar aglomeração;
  - III o caixão seja mantido fechado durante o velório;
  - IV- seja disponibilizado água, sabão e álcool em gel para higienização.



- **Art. 13** Fica mantida a suspensão, enquanto perdurarem os efeitos da pandemia do Coronavírus:
- I das atividades educacionais em todas as escolas e faculdades, das redes de ensino pública e privada, na forma do art. 9° do Decreto Estadual n.º 4.636-R de 19 de abril de 2020;
- II do funcionamento de estabelecimentos de vendas de bebidas alcoólicas (bares);
- III da visitação em unidades de conservação ambiental, na forma do art. 9° do Decreto Estadual n.º 4.636-R de 19 de abril de 2020;
- IV do funcionamento de clubes recreativos, cerimoniais, área de lazer de Condomínio, áreas de lazer de meios de hospedagens, parques aquáticos, parques de diversões, brinquedotecas, entre outros;
  - **V** das atividades de creches e hospedagens para crianças e adolescentes;
- VI das atividades de excursões de passeio e turismo, em qualquer tipo de transporte coletivo;
  - **VII –** do funcionamento de espaços públicos como:
  - a) praças;
  - b) parques municipais,
  - c) biblioteca municipal;
  - **d)** os campos de futebol e as quadras de esporte.
- **Art. 14** Fica determinada a restrição do fluxo de turistas nos principais pontos turísticos do Município de Domingos Martins, tais como: Rua de Lazer, Praça Dr. Arthur Gerhardt, Rota do Lagarto, entre outros.



Parágrafo único. A Administração Pública Municipal, através da equipe de Fiscalização, bem como a Polícia Militar, poderão adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no caput do presente artigo, inclusive providenciando o isolamento dos locais, o fechamento das ruas e a dispersão dos frequentadores.

**Art. 15** A implantação de barreira sanitária, na forma da Portaria da SESA nº 068-R de 19 de abril de 2020, será estabelecida e regulada por Portaria Municipal da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 16** O Poder Executivo Municipal poderá editar Portarias regulando os institutos deste Decreto.

**Art. 17** Para o fiel cumprimento das diretrizes deste Decreto, as fiscalizações do Município utilizarão o poder de polícia administrativo, com a aplicação das sanções imediatas previstas no ordenamento jurídico, podendo requisitar a presença de força policial, sempre que entender necessária para a garantia do cumprimento deste Decreto.

**Art. 18** O descumprimento das medidas previstas neste Decreto importará a responsabilização da pessoa física ou jurídica na forma da legislação penal, civil e administrativa vigentes.

**Art. 19** Sem prejuízo aos demais artigos do presente Decreto, o estabelecimento ou empresa que não cumprir com as determinações previstas neste decreto poderá sofrer cumulativamente as seguintes sanções:

I – Advertência formal;

II – Notificação;

III - Interdição.

**Art. 20** Ficam revogados os Decretos Municipais nº 3.564/2020 e 3.572/2020.



**Art. 21** Os casos omissos do presente decreto seguirão as regras previstas nos Decretos e Portarias do Governo do Estado do Espírito Santo.

**Art. 22** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará pelo prazo que durar o estado de Emergência em Saúde Pública no Município de Domingos Martins.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins – ES, 03 de junho de 2020.

WANZETE KRUGER Prefeito